

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS

JOÃO VICTOR DO NASCIMENTO DAS NEVES

**ANÁLISE CRÍTICA DA REGÊNCIA VERBAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

Maceió

2024

JOÃO VICTOR DO NASCIMENTO DAS NEVES

**ANÁLISE CRÍTICA DA REGÊNCIA VERBAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Letras-Português da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em Letras -
Português.

Orientadora: Profa. Dra.**Lúcia de Fátima
Santos**

Maceió
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

N518a Neves, João Victor do Nascimento das.
Análise crítica da regência verbal nos livros didáticos de língua portuguesa / João Victor do Nascimento das Neves. – 2024.
37 f. : il.

Orientadora: Lúcia de Fátima Santos.
Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Letras - Português) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 36-37.

1. Regência verbal. 2. Livros didáticos. 3. Língua Portuguesa - Estudo e ensino. I.
Título.

CDU: 81'367.625(81)

Folha de Aprovação

JOÃO VICTOR DO NASCIMENTO DAS NEVES

ANÁLISE CRÍTICA DA REGÊNCIA VERBAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de LETRAS - PORTUGUÊS da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em XX (dia) de XXXX (mês) de 2024.

Banca examinadora:

(Orientador(a) – Profa. Dra. Lúcia de Fátima Santos, Universidade Federal de Alagoas)

(Examinador(a) Interno(a) - Titulação, Nome completo, Instituição)

(Examinador(a) Interno(a) - Titulação, Nome completo, Instituição)

À minha mãe, que sob muito sol, me fez
chegar até aqui na sombra; e ao meu avô, que,
mesmo sem saber, me fez ser o homem que
sou hoje.

RESUMO

O presente trabalho resulta de um projeto de pesquisa que teve como objeto de estudo a análise crítica de dois livros didáticos de língua portuguesa indicados para o ensino fundamental II: ‘Araribá Conecta: Português 9º ano - Manual do Professor’, de Andressa Munique Paiva (2022), e ‘Português: Linguagens 9º ano’, de Cereja e Vianna (2022). O objetivo geral foi compreender as abordagens pedagógicas sobre regência verbal adotadas nesses livros, observando a sua adequação ao contexto educacional contemporâneo. A justificativa para esta pesquisa reside na importância dos recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, especialmente no cenário do ensino fundamental II. Esses materiais desempenham um papel imprescindível ao oferecer suporte aos educadores, proporcionando-lhes ferramentas para tornar as aulas mais atrativas e eficazes. No contexto da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece diretrizes para a educação básica no país, a análise crítica de livros didáticos torna-se ainda mais relevante, pois a qualidade e a pertinência desses recursos podem variar amplamente, afetando diretamente a qualidade do ensino da língua portuguesa. As concepções de gramática analisadas no trabalho baseiam-se nas discussões de Travaglia (2009), Bechara (2009), Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006), Perini (2005), Infante e Pasquale (2003), Labov (2008 [1972]), Callou (2009) e Miotto, Silva e Lopes (2007). Após a revisão bibliográfica e a análise crítica dos livros didáticos, foi possível identificar as abordagens mais adequadas e os pontos de melhoria necessários para os materiais pedagógicos. Isso contribui para uma reflexão criteriosa sobre o processo de ensino da língua portuguesa no ensino fundamental II e abre caminho para futuras melhorias na qualidade do ensino de regência, fortalecendo assim a educação básica no Brasil.

Palavras-chave: Regência Verbal; Livros Didáticos; Ensino de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

Keywords: This work results from a research project that critically analyzed two Portuguese language textbooks recommended for lower secondary education: ‘Araribá Conecta: Português 9º ano - Manual do Professor’ by Andressa Munique Paiva (2022), and ‘Português: Linguagens 9º ano’ by Cereja and Vianna (2022). The general objective was to understand the pedagogical approaches to verbal regency adopted in these books, observing their adequacy to the contemporary educational context. The justification for this research lies in the importance of didactic resources in the teaching-learning process of the Portuguese language, especially in the lower secondary education scenario. These materials play an essential role in supporting educators, providing them with tools to make classes more attractive and effective. In the context of the implementation of the National Common Curricular Base (BNCC), which establishes guidelines for basic education in the country, the critical analysis of textbooks becomes even more relevant, as the quality and relevance of these resources can vary widely, directly affecting the quality of Portuguese language teaching. The grammar concepts analyzed in the work are based on the discussions of Travaglia (2009), Bechara (2009), Faraco, Moura, and Maruxo Jr. (2006), Perini (2005), Infante and Pasquale (2003), Labov(2008 [1972]), Callou (2009), and Miotto, Silva, and Lopes (2007). After the bibliographic review and critical analysis of the textbooks, it was possible to identify the most appropriate approaches and the necessary points for improvement in the pedagogical materials. This contributes to a careful reflection on the process of teaching the Portuguese language in lower secondary education and paves the way for future improvements in the quality of regency teaching, thus strengthening basic education in Brazil.

Keywords: Verbal Regency; Textbooks; Portuguese Language Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Definição de Regência Verbal.....	27
Figura 2	- Atividade de Regência Verbal.....	27
Figura 3	- Atividade de Regência Verbal 2	28
Figura 4	- Definição de Regência Verbal 2.....	29
Figura 5	- Exemplos de Regências de alguns verbos.....	30
Figura 6	- Atividade de Regência Verbal 3	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1	O papel dos Livros Didáticos no Ensino de Língua Portuguesa.....	17
2.2	O ensino de gramática na educação básica	18
2.3	A regência verbal nas gramáticas normativas	19
2.4	Regência verbal na perspectiva da sociolinguística	22
3	METODOLOGIA	25
4	ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS.....	26
4.1	<i>Araribá Conecta: Português 9º ano Manual do Professor - Andressa Munique Paiva (2022)</i>	26
4.2	<i>Português: Linguagens 9º ano - Cereja e Vianna (2022)</i>	29
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	32
5.1	Comparação das abordagens dos livros selecionados.....	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

O ensino de língua portuguesa representa um pilar fundamental na formação educacional dos estudantes, tornando-se ainda mais relevante durante o ensino fundamental II, que abrange os anos finais dessa etapa da educação básica, porque essa fase marca uma transição na vida dos estudantes, na qual eles desenvolvem habilidades cognitivas, comunicativas e de pensamento crítico. Para Martins *et al* (2021), esse ensino desempenha um papel vital nesse processo, permitindo que os alunos se expressem, compreendam o mundo ao seu redor e interpretem informações de maneira eficaz.

Porém essa realidade nem sempre se concretiza devido à falta de compreensão dos professores acerca da relação entre norma, pesquisa linguística e ensino pelos professores de língua portuguesa, que frequentemente se deparam com novas propostas teórico-metodológicas que exigem embasamentos sobre os quais ainda não compreendem, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza o progresso da complexidade. Em geral, na realidade cotidiana das escolas, aulas de língua portuguesa costumam ser vistas como repetitivas pelos alunos, sobretudo quando se referem ao ensino de gramática. A crítica incide principalmente no fato de os conteúdos serem apresentados de modo descontextualizado, enfatizando-se o uso das regras e nomenclaturas, conceitos, classificações e exemplos acriticamente. Assim, há necessidade de o conhecimento ser construído de forma ativa (Bakhtin, 2003), permitindo que os alunos participem e contribuam para refletir sobre a correlação entre o que as gramáticas normativas prescrevem e os usos efetivos que se faz da língua na realidade concreta, como propõem algumas abordagens no âmbito da linguística, fornecendo ferramentas para análise, argumentação e hipótese dentro da sala de aula (Görski e Coelho, 2009).

É consensual a posição de que é preciso ensinar gramática, e esse papel é atribuído à escola, porém o questionamento e críticas acerca desse ensino referem-se, sobretudo, ao modo como os conteúdos são abordados. O ensino crítico da gramática propicia o desenvolvimento da escrita e da leitura, porque compreender as regras gramaticais não apenas aprimora a capacidade de comunicação escrita, mas também, segundo Martins *et al.* (2021), contribui para a interpretação de diferentes gêneros discursivos, permitindo aos alunos se tornarem leitores e produtores de textos críticos.

Nesse contexto, “é inegável que a escola precisa trabalhar com gramática (i)contemplando o funcionamento de recursos linguísticos em diferentes níveis [...], (ii) e propiciando condições para que o aluno tenha acesso à norma culta” (Görski e Coelho, 2009,

p. 83). Nesse sentido, o papel do professor de português transcende a mera reprodução das regras e exceções da gramática tradicional. Ele precisa ser um mediador, fornecendo aos alunos as orientações necessárias para garantir uma comunicação coerente e adequada em diferentes contextos. Ao conceber a língua como um modo para traduzir e expressar suas posições no mundo, os estudantes desenvolvem uma compreensão mais significativa. Infelizmente, essa noção ainda é incipiente nas escolas públicas e privadas do Brasil. Professores que se caracterizam como tradicionais, concentram-se apenas na aplicação das regras gramaticais, afetando, com essas orientações, o desempenho dos alunos e a eficácia do processo de aprendizagem.

Defende-se aqui uma proposta de ensino de português que busca correlacionar os usos efetivos e reais que se faz da língua nas interações cotidianas com os aspectos conceituais apresentados nas gramáticas normativas, observando as diferenças. Nesse contexto, é fundamental apresentar aos estudantes as classes, sons, funções e como acontece a produção de sentidos das palavras, aprimorando gradualmente esses conhecimentos. Dessa forma, eles esperam-se contribuir para que eles sejam leiam e produzam textos com maior compreensão dos arranjos sentenciais, propiciando uma efetiva interação entre locutor e interlocutor.

O papel do professor de língua portuguesa não se limita a ensinar ao aluno uma língua que ele já domina. Pelo contrário, o professor deve demonstrar que existem diversas formas de utilizar a mesma língua, e que não há uma variedade intrinsecamente superior ou inferior em termos linguísticos. O que existe, na verdade, são variedades com prestígio sociocultural e econômico diferente. A escola não deve substituir o vernáculo do aluno pela norma culta, mas sim desenvolver sua competência linguística, capacitando-o a escolher a variedade mais adequada para cada contexto de fala e escrita (Striquer, 2019).

Considerando esse modo de conceber os usos da língua, este trabalho tem como objetivo investigar como, nos livros didáticos de Língua Portuguesa, o ensino da gramática da língua portuguesa, com foco na Regência Verbal, pode ser abordado de maneira mais produtiva no 9º ano do ensino fundamental, contribuindo para a formação linguística e comunicativa dos estudantes. A escolha desse objeto de estudo foi motivada pela observação de que os alunos apresentavam dificuldades de compreensão sobre esse tema nas experiências de ensino que desenvolvi em turmas da Educação Básica. A hipótese central é que tal incompreensão deve-se à falta de correspondência entre as regras que a gramática estabelece sobre regência e os usos concretos que os alunos fazem. Esse tema é relevante tanto para

professores de Língua Portuguesa quanto para seus falantes, considerando o número significativo de aulas dedicadas a esse conteúdo gramatical.

Para o desenvolvimento deste TCC, abordamos o tema em questão de maneira organizada em seis seções distintas. A primeira seção compreende a introdução, onde apresentamos o contexto e os objetivos da pesquisa. A segunda seção é dedicada à fundamentação teórica, subdividida em quatro partes. Na primeira subseção, exploramos o papel dos livros didáticos no ensino de língua portuguesa. Na segunda, discutimos o ensino de gramática na educação básica. A terceira subseção aborda a regência verbal na gramática normativa, enquanto a quarta subseção disserta sobre a regência verbal na perspectiva da sociolinguística. A terceira seção concentra-se na metodologia, detalhando os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. Na quarta seção, realizamos a análise dos livros didáticos, dividindo-a em duas partes. Na primeira, examinamos o livro ‘Araribá Conecta: Português 9º ano - Manual do Professor’, de Andressa Munique Paiva (2022). Na segunda, analisamos o livro ‘Português: Linguagens 9º ano’, de Cereja e Vianna (2022). A quinta seção consiste em uma discussão dos resultados obtidos nas análises, comparando as abordagens dos livros selecionados. Por fim, a sexta seção apresenta a conclusão deste trabalho, destacando os principais achados e apontando possíveis direções para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O papel dos livros didáticos no ensino de língua portuguesa

O uso dos livros didáticos desempenha um papel importante no ensino da língua portuguesa ao longo das décadas. Eles influenciam diretamente como os alunos adquirem conhecimento e habilidades linguísticas. Considerados ferramentas essenciais no processo de ensino e aprendizagem, esses materiais fornecem uma estrutura organizada e sequencial para o desenvolvimento das habilidades dos alunos. De acordo com Schroder (2013), os livros didáticos são planejados com base em diretrizes curriculares nacionais e teorias pedagógicas, alinhando-se aos objetivos educacionais.

Uma das contribuições mais relevantes dos livros didáticos é a sistematização do conhecimento linguístico. Eles oferecem explicações e exemplos práticos sobre aspectos gramaticais, sintáticos e semânticos da língua, como ao abordar sobre a regência verbal. Esses conceitos são fundamentais para a formação linguística dos estudantes. De acordo com Vilela e Souza (2011), esses materiais também apresentam exercícios específicos que permitem a prática controlada e a consolidação dos conceitos ensinados.

Outro aspecto relevante é que os livros didáticos são projetados para atender às necessidades e ao nível de conhecimento dos alunos em cada série ou ano escolar. Seguindo uma progressão didática, consideram a evolução das habilidades linguísticas e cognitivas dos estudantes ao longo do tempo. Essa abordagem ajuda a garantir que o aprendizado seja gradual e eficaz (Vilela e Souza, 2011). No entanto, é importante reconhecer que os livros didáticos não estão isentos de críticas. Alguns críticos como Coracini (1999), Lajolo (1996), Mello (1999) e Sousa Filho (2009) argumentam que eles podem simplificar excessivamente tópicos linguísticos complexos, como a Regência Verbal, em busca de uma apresentação mais acessível para os alunos, podendo levar à superficialidade no entendimento dos conceitos.

Portanto, é imprescindível que os docentes complementem o uso dos livros didáticos com atividades práticas e discussões em sala de aula. Embora esses materiais desempenhem um papel fundamental no ensino da língua portuguesa, oferecendo estrutura organizada, explicações e prática controlada, seu uso requer o engajamento ativo dos professores. Além disso, é relevante complementá-los com atividades que promovam a reflexão crítica e a aplicação prática dos conceitos linguísticos. O livro didático serve como suporte para o professor direcionar suas aulas, e é importante analisá-lo considerando os conteúdos abordados. Como educadores da educação básica, não devemos negligenciar a possibilidade

de utilizá-lo; no entanto, podemos adaptá-lo conforme nossos objetivos, seja para atividades de leitura, produção textual ou análise gramatical.

2.2 Concepções de gramática e o ensino na educação básica

Antes de apresentarmos algumas considerações sobre o ensino de gramática na educação básica, é pertinente abordarmos algumas concepções de gramática. Segundo Bechara (2009), existem diversos tipos de gramática. As gramáticas científicas adotam abordagens distintas no estudo da língua. A gramática geral ou universal investiga os fundamentos teóricos dos conceitos gramaticais. Por sua vez, a gramática comparada analisa origens semelhantes em diferentes línguas. Já a gramática histórica busca compreender a evolução da língua ao longo do tempo, enquanto a gramática descritiva tem como objetivo descrever as observações linguísticas atestadas entre os falantes de uma língua específica.

De acordo com Travaglia (2009), as gramáticas são definidas da seguinte forma:

1. Gramática normativa – é responsável por estabelecer as regras para uma comunicação oral e escrita adequada. Nessa perspectiva, a variante oral da língua fica em segundo plano, priorizando os padrões da língua escrita na modalidade oficial. Essa abordagem exerce um poder regulador sobre a língua, prescrevendo aos falantes o uso da norma “cultura”.
2. Gramática descritiva - registra e analisa os usos da língua em um determinado momento de sua existência. Diferentemente da gramática normativa, ela não rejeita outras variantes linguísticas, mas sim trabalha com qualquer variedade da língua, dando preferência à forma oral. Essa preferência pela descrição dos usos da oralidade se justifica pelo fato de a língua nascer na fala e, posteriormente, ser registrada na forma escrita. Nessa concepção, a gramática consiste em um conjunto de observações feitas pelo linguista sobre uma determinada variante, explicando o funcionamento da língua.
3. Gramática reflexiva - esse tipo de gramática reflete os processos de construção do funcionamento da língua. Como diz Travaglia (2009), “se refere mais ao processo do que aos resultados [...] Parte, pois, das evidências linguísticas para tentar dizer como é a gramática implícita do falante, que é a gramática da língua.” (p. 33).

Ainda de acordo com Travaglia (2003), a gramática da língua portuguesa sempre foi historicamente associada à gramática normativa, que corresponde às formas de expressão utilizadas por pessoas cultas. No contexto do ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras, essa abordagem tradicionalmente se baseia na aplicação das normas prescritas pela gramática da língua culta, respaldada por renomados autores literários.

A escolha entre diferentes concepções de gramática implica atividades distintas em sala de aula e na elaboração de materiais didáticos, considerando objetivos variados. Possenti (2004, p.64), ao refletir sobre as implicações do ensino de gramática na escola, apresenta as seguintes definições de gramática:

1. As Gramáticas Normativas têm como característica a estipulação de normas e a prescrição de regras. Seu objetivo é uniformizar o conhecimento, padronizando conceitos. Ao analisarmos algumas das principais Gramáticas Tradicionais, percebemos que o viés normativo se manifesta de forma assertiva, muitas vezes sem espaço para outras variantes. Além disso, essas gramáticas apresentam extensas listas de acepções verbais e suas respectivas regências. O foco principal é memorizar um conjunto de preposições, evitando a exposição de casos variáveis de regência. Outro aspecto relevante é a presença de exemplos bastante semelhantes, frequentemente extraídos de textos literários.

A gramática normativa estabelece as regras para o uso correto da língua escrita e falada em qualquer contexto. No entanto, essa abordagem pode ser considerada ‘preconceituosa’, pois não leva em conta as variações linguísticas existentes e pode ser difícil de compreender devido à complexidade de suas regras.

Diferenciando-se da gramática normativa, a gramática descritiva tem como objetivo explicar como a língua é falada. Ela busca compreender o sistema de uma língua, identificando unidades dentro desse sistema e suas relações opositivas (Damasceno Junior *apud* Vieira e Brandão, 2007, p.15). Assim, a língua é estudada não apenas por sua estrutura, mas também com uma perspectiva heterogênea, considerando tanto a fala quanto a escrita. A gramática descritiva adapta suas regras ao uso contínuo, descrevendo os fenômenos linguísticos e buscando explicitá-los de forma lógica para os falantes da língua.

Durante os anos de escolarização, professores e alunos dedicam grande parte do tempo e esforço ao estudo de regras e à resolução de problemas, sob a perspectiva da gramática normativa. No entanto, muitas vezes esses conteúdos são apresentados de forma isolada, desconectados de sua aplicação prática, tornando-se um fim em si mesmo. Para superar essa abordagem tradicional, é necessário repensar o ensino da língua não apenas por meio de novas metodologias, mas também repensar a seleção e correlação dos conteúdos abordados com os usos reais da língua, como propõe a concepção reflexiva de gramática.

Luft (2002) afirma que a gramática tradicional tem raízes na herança greco-latina, da qual derivam tanto a gramática normativa quanto a descritiva. Posteriormente, a gramática passou a ser objeto de estudos mais aprofundados por parte de autores que se dedicaram ao campo da linguística, como Saussure (2008). No entanto, é importante considerar que a heterogeneidade linguística no Brasil é influenciada por fatores geográficos e sociais, refletindo a falta de consenso sobre as abordagens de ensino. Existem teóricos que defendem que as classes populares devem aprender a variedade linguística como um instrumento de luta para superar as desigualdades sociais (Possenti, 1992), enquanto outros, como Faraco (2006), compreendem o ensino da norma-padrão culta e a variedade linguística das camadas populares para fins de comunicação.

Quando consideramos a democratização do ensino, é importante mencionar que a escola passou a receber camadas mais populares da sociedade. Esse processo trouxe consigo a heterogeneidade linguística, que exige dos professores de língua portuguesa uma nova orientação de ensino e aprendizagem sobre as questões linguísticas. A compreensão da heterogeneidade linguística como algo natural e inevitável, presente em um país diversificado como o Brasil, decorre da variação linguística entre diferentes grupos sociais e suas relações com as normas da língua (Soares, 1986). Por isso, para atender às demandas da sala de aula, é essencial refletir sobre os métodos e abordagens de ensino que possam conciliar o ensino da variedade padrão com as diversas variedades linguísticas presentes no Brasil. Os autores Silva, Pilati e Dias (2010) destacam a importância de desenvolver estratégias que tornem os conhecimentos adquiridos durante a graduação acessíveis e compreensíveis para os estudantes da Educação Básica, como é o caso da abordagem sobre regência verbal.

2.3 A regência verbal nas gramáticas normativas

O ensino de Regência Verbal é abordado, em geral, de duas maneiras, e essas duas formas podem ser observadas a partir de aulas de língua portuguesa na educação básica. Por um lado, quando se concentra apenas na memorização de verbos, suas acepções e uma lista de preposições, estamos seguindo a perspectiva da gramática normativa. Por outro lado, quando, como professores, incentivamos os alunos a refletirem sobre os aspectos linguísticos, estamos adotando a abordagem da gramática descritiva.

A regência é definida como “a relação de dependência que se estabelece entre dois termos” (Faraco, Moura e Maruxo Jr., 2006, p. 465). Esses termos são classificados como regentes ou regidos. Os primeiros exigem a presença dos últimos e são completados por eles. Quando o termo regente é um verbo, chamamos essa relação de regência verbal; quando é um nome, chamamos de regência nominal.

A regência verbal envolve a relação entre verbos e preposições, e é importante entender quando utilizá-las e os diferentes significados que cada combinação produz. Embora a norma gramatical estabeleça padrões, o uso popular muitas vezes se afasta dessas regras. Alguns autores afirmam que consultar um dicionário especializado é fundamental para resolver satisfatoriamente os problemas de regência verbal (Faraco, Moura e Maruxo Jr., 2006, p. 466).

Segundo Perini (2005) em sua gramática descritiva, a regência é descrita da seguinte maneira:

As estruturas sintáticas se compõem de constituintes organizados em orações segundo certos princípios, o de que cada constituinte tem uma função sintática dentro da oração ou do sintagma a que pertence (...) Agora vamos abordar outro aspecto da organização sintática das orações, que diz respeito, **a grosso modo**, de propriedades de muitos itens léxicos de estipular certos traços da estrutura em que ocorrem. Assim, por exemplo, se construirmos uma oração cujo núcleo do predicado é desempenhado pelo verbo *gostar*, teremos de incluir também um adjunto circunstancial precedido da preposição *de*. A ausência de tal preposição com o complemento causa a inaceitabilidade:

1 a) Todo gato gosta de sardinha.

b) * Todo gato gosta sardinha.

Esse fenômeno tradicionalmente expresso dizendo-se que o verbo *gostar* exige a presença de antes de seu complemento. (Perini, 2005, p.159).

Observamos que o autor ilustra a ocorrência da regência verbal em orações simples, mostrando o que seria aceitável ou não para o falante antes de introduzir o fenômeno da regência verbal. Ele evita usar os termos “certo” ou “errado” ao avaliar as construções frasais e não lista verbos problemáticos em relação à regência verbal. Verbos problemáticos são aqueles que frequentemente causam dúvidas quanto à preposição correta a ser usada, como ‘assistir’, ‘chegar’, ‘esquecer’, ‘preferir’ e ‘obedecer’. Em vez disso, utiliza o verbo “gostar”, que não apresenta variação de preposição em seu sentido, levando o falante a refletir sobre a ausência da preposição naquele contexto.

Em contraste com essa abordagem de aprendizagem, apresentamos a forma como a gramática normativa define a regência verbal, conforme descrito por Infante e Pasquale (2003):

A regência verbal se ocupa do estudo da relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais). Você sabe que o verbo *gostar* rege a preposição *de* (*gostar de alguém ou de algo*), que o verbo *concordar* rege com (*concordar com alguém ou com algo*), que o verbo *confiar* rege em (*confiar em alguém ou em algo*). E o verbo *ir*? No dia a dia, no Brasil, é muito comum “*ir em algum lugar*” (“Fui no cinema”, “Fui na Praia”). Na língua culta, porém, o verbo *ir* rege as preposições *a* e *para*:

Fui **ao** cinema.

Ele foi **para** a Grécia.

A diferença entre o uso culto, formal, e o coloquial, é um dos principais objetivos do estudo da regência. (Infante e Pasquale, 2003, p.497).

Observamos que tanto a gramática descritiva quanto a normativa começam suas explicações com o verbo ‘gostar’, mas de formas distintas. Na perspectiva normativa, define-se o que é regência verbal e, sem questionamentos, afirma-se que o verbo ‘gostar’ exige a preposição ‘de’. Em seguida, são utilizados exemplos do cotidiano, como os verbos ‘chegar’ e ‘ir’, que no uso diário são acompanhados pela preposição ‘em’, mas na norma culta requerem preposições diferentes. Dessa forma, percebemos que a gramática normativa apresenta a visão de que existem pessoas que dominam a forma mais erudita da língua, enquanto outras formas e usos são considerados ‘erros’ daqueles que não sabem se expressar. Essa abordagem desconsidera as variedades de uso, afirmando que um dos principais objetivos do estudo da

regência verbal é distinguir entre ‘o uso culto, formal, e o coloquial’.

2.4 A regência verbal nos estudos sociolinguísticos

A língua, quando utilizada em contextos sociais, manifesta-se como um comportamento social dos seres humanos. Ela envolve a compreensão de regras, a coexistência de diferentes formas linguísticas, várias combinações e, evidentemente, transformações em diversos níveis linguísticos. De acordo com Labov (2008 [1972]), esses fenômenos linguísticos implicam variações dentro do sistema e frequentemente resultam em mudanças linguísticas, gerando inovações, mas também levando ao desuso de certas formas.

O trabalho reflexivo com a sociolinguística nas aulas de língua materna pode ajudar a reduzir a discriminação linguística. Não devemos simplificar a língua com classificações de ‘certo’ ou ‘errado’, nem condenar construções usadas em contextos sociais específicos apenas porque não são comuns em situações mais formais. A língua utilizada por minorias em diferentes níveis de formalidade não deve ser vista como um padrão a ser seguido por todos. Os falantes devem ter o direito de escolher a forma que melhor expressa suas ideias, sem se limitar à variante prescrita pela gramática normativa tradicional, que tende a estigmatizar outras formas de expressão. Nesse contexto, Bortoni-Ricardo (2004, p. 8) opta por falar em diferenças, pois o conceito de erro está desatualizado; a maioria das construções vistas como erros são, na verdade, variações de uso conforme o contexto linguístico.

Exemplificar que o verbo ‘chegar’ tem como preposição padrão o ‘a’, mas que, na norma popular e mesmo culta, a preposição ‘em’ é utilizada, com base em exemplos retirados de jornais minimamente conceituados, é uma maneira de fazer o aluno perceber que se trata de um uso sistematizado e organizado. Essa variação, embora compreendida e aceita pelos falantes, demonstra que a opinião e avaliação dos estudantes sobre as estruturas de sua própria língua são importantes para promover a participação ativa nas aulas e estimular a reflexão coletiva. Conforme argumenta Marcos Bagno, em sua obra “Preconceito Linguístico” (2007), essas variações são legítimas e refletem o uso real da língua pelos falantes, desafiando a ideia de que apenas a norma padrão é correta.

Se qualquer falante já possui uma gramática internalizada — sistema de regras e princípios universais — ao ingressar na escola, ele deve desenvolver a sua competência comunicativa de tal modo que possa "utilizar melhor" a sua língua em todas as situações de fala e escrita, isto é, possa ser capaz de refletir sobre a

capacidade linguística que ele já possui e domina no nível intuitivo, mas sobre a qual nunca se tinha debruçado para analisar o funcionamento (Callou, 2009, p. 27).

A função da gramática não é impor regras, mas sim compreendê-las e aplicá-las. O termo ‘gramática’ possui uma dupla abordagem: 1. refere-se ao sistema de regras que os falantes possuem; 2. representa o produto construído pelos linguistas para caracterizar esse sistema e gerar frases coerentes. A competência linguística ou gramatical proporciona a competência comunicativa e a competência textual, permitindo ao usuário produzir, utilizar e adaptar suas expressões linguísticas conforme a interação comunicativa. Além disso, à competência comunicativa soma-se à competência discursiva. Em outras palavras, espera-se que o falante consiga criar efeitos de sentido específicos em seus textos, ao mesmo tempo em que ajusta sua expressão verbal às diferentes situações de comunicação. Essa habilidade está diretamente relacionada à ideia de competência discursiva, sendo o desempenho a aplicação das competências mencionadas acima (Mioto; Silva; Lopes, 2007).

Desde a infância, um falante do português usa as diferentes formas de uso do verbo “ir” no sentido de movimento e consegue interagir com as demais pessoas, ainda que não corresponda à regência determinada na gramática normativa. Por exemplo, podemos dizer “vou no shopping”, “vou para o shopping” ou “vou ao shopping”. É importante saber que o uso com a preposição “em” é considerado inadequado pela norma padrão. Da mesma forma, o verbo “namorar” pode ser usado com ou sem preposição, inclusive em textos jornalísticos. Para Andrade (2023), a escola deve abordar essa variação linguística, pois não há problema em conviver com ela, já que é inerente ao sistema linguístico e comum a todas as línguas humanas. Esse comportamento verbal, que ora utiliza uma preposição, ora outra, ou até mesmo nenhuma, é um fenômeno linguístico que merece discussão e reflexão. Afinal, como ensinar e abordar essas questões?

No contexto da regência verbal, é fundamental prestar atenção às preposições, que são o ponto central dessa discussão, especialmente em relação às diferentes formas de realização da regência. Na maioria dos casos, verifica-se se o uso da preposição é obrigatório ou opcional, e se o usuário segue as recomendações das gramáticas normativas quanto a esse uso.

Nessa perspectiva, não há espaço para um ensino de língua portuguesa, especialmente de regência verbal, que incentive o aluno a usar a língua com reflexão. Observamos diferentes formas de apresentar a regência verbal nas gramáticas descritiva e normativa. O professor de língua portuguesa deve conhecer e entender essas abordagens para promover efetivamente a aprendizagem da regência verbal. No segundo ciclo do Ensino Fundamental, acreditamos que

não é necessário focar nas nomenclaturas da morfologia e da sintaxe. Em vez disso, é mais produtivo criar atividades que permitam ao aluno pensar e usar, de forma autônoma, a variedade linguística mais adequada à situação de comunicação. Essa abordagem é respaldada pela Linguística Aplicada, que defende o ensino contextualizado e funcional da gramática, focando no uso real da língua em diferentes contextos comunicativos. Além disso, a Linguística Funcional enfatiza a importância de ensinar gramática de maneira prática e significativa, promovendo a capacidade dos alunos de se expressarem de forma eficaz e apropriada em diversas situações.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, a metodologia adotada compreende a revisão bibliográfica e a análise crítica de dois livros didáticos de língua portuguesa "Araribá Conecta Português 9º ano: Manual do Professor" de Paiva (2022) e "Português Linguagens 9º ano: Manual do Professor" de Cereja e Vianna (2022) destinados ao ensino fundamental II. Essa escolha se fundamenta na necessidade de compreender de forma abrangente o conteúdo e as abordagens presentes nos materiais pedagógicos disponíveis para essa etapa crucial da educação.

A revisão bibliográfica é uma etapa essencial em qualquer pesquisa, uma vez que permite ao pesquisador situar-se no campo de estudo, conhecer as principais teorias, abordagens e contribuições relevantes ao tema e, assim, embasar a construção do conhecimento (Severino, 2017).

Severino (2017) destaca a importância da revisão bibliográfica como um meio de compreender o estado da arte do tema em questão, ela envolve a busca e análise de fontes primárias e secundárias, como artigos científicos, livros, documentos oficiais e outros materiais que contribuam para o embasamento teórico do estudo. É por meio da revisão bibliográfica que o pesquisador identifica lacunas no conhecimento, tendências, divergências e convergências no campo de estudo, o que é essencial para definir o escopo e os objetivos da pesquisa.

Visto isso, para a realização desta pesquisa, selecionamos três atividades e a definição de regência verbal dos livros "Araribá Conecta Português 9º ano: Manual do Professor" de Paiva (2022) e "Português Linguagens 9º ano: Manual do Professor" de Cereja e Vianna (2022). Descrevemos e comentamos as atividades e as definições, analisando como o tema da variação linguística é proposto e trabalhado nas atividades propostas. Nosso objetivo foi identificar se os exercícios e os manuais dos livros didáticos propõem abordagens das diferentes visões de ensino da Língua Portuguesa, sem incitar o preconceito linguístico. Este estudo baseou-se, principalmente, nos trabalhos de Gorski e Coelho (2009), Travaglia (2009), Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006), Perini (2005) e Labov (2008).

Por fim, a análise crítica dos livros didáticos contribuirá para a compreensão das abordagens pedagógicas presentes nos materiais e permitirá a identificação de práticas no ensino de língua portuguesa no ensino fundamental II mais reflexivas. A metodologia adotada neste estudo visa, assim, fornecer contribuições para aprimorar a qualidade do ensino de regência nessa etapa da educação.

4 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

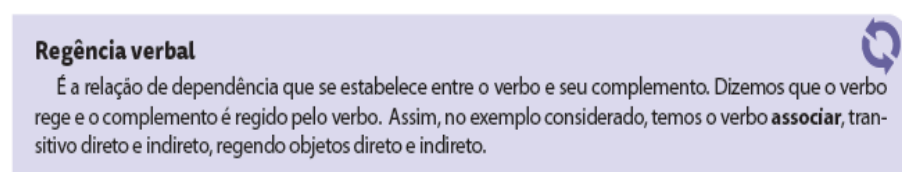
A seleção e análise de livros didáticos desempenham um papel fundamental em pesquisas acadêmicas e práticas pedagógicas, pois esses materiais têm um impacto direto no ensino e aprendizado. Os dois livros didáticos selecionados representam diferentes abordagens e perspectivas no ensino de língua portuguesa. A análise crítica desses materiais desempenha um papel fundamental na pesquisa, permitindo uma compreensão mais ampla de como o ensino de regência verbal é abordado no contexto do Ensino Fundamental II e fornecendo insights valiosos para práticas pedagógicas futuras. Inicialmente, apresentamos os livros, as atividades selecionadas para o estudo desse fenômeno, seguidas por comentários e análises.

4.1 *Araribá Conecta: Português 9º ano Manual do Professor* -Andressa Munique Paiva (2022)

O primeiro livro selecionado foi ‘Araribá Conecta Português 9º ano: Manual do Professor’, de Paiva (2022), publicado pela Editora Moderna. Essa obra representa uma abordagem contemporânea para o ensino de língua portuguesa no 9º ano do Ensino Fundamental II. Escolhemos este livro por causa de a Editora Moderna participar ativamente de programas governamentais, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), assegurando que seus livros sejam amplamente adotados em escolas públicas em todo o país.

Na Unidade 3, na seção de “Conhecimentos Linguísticos e Gramaticais 2”, a abordagem da regência verbal é tratada de forma separada da regência nominal, que é explorada no capítulo subsequente. Essa separação pode suscitar questionamentos sobre a razão pela qual esses dois conteúdos não são abordados conjuntamente em uma única seção. Em outras palavras, por que não estudar a regência verbal e nominal juntas?

Figura 1 – Definição de regência verbal



Fonte: Livro didático *Araribá Conecta: Português 9º*, 2022, p.119

A análise inicial da figura mostra que a definição de regência verbal é clara e objetiva. Nesse contexto, são discutidos conceitos como ‘objeto direto’ e ‘objeto indireto’, que podem ser desconhecidos ou esquecidos pelos estudantes, isso pode causar dificuldades de compreensão. Portanto, seria interessante revisar esse conteúdo, considerando que ele provavelmente já foi abordado no estudo da transitividade verbal.

Figura 2 – Atividade de regência verbal 1

2. Em outro trecho, temos “Quero me referir à sua recusa de que eu participe de sua vida, mesmo em um sonho, na forma de um gato.”.
- Qual é a regência do verbo **referir-se**?
 - Explique por que o complemento do verbo **referir-se** vem precedido de **à**, em que ocorre crase.
 - Escreva a frase que segue, completando-a com um pronome relativo, considerando a regência do verbo:
2. c) Essa é a cidade a que / à qual o professor se referiu quando estudamos a Amazônia.
- Essa é a cidade * o professor se referiu quando estudamos a Amazônia.

Temos, então, os seguintes verbos e suas regências:

Associar: transitivo direto e indireto, exigindo a preposição **a**.
Referir-se: transitivo indireto, exigindo a preposição **a**.

3. Na crônica “O gato sou eu”, temos outros verbos a serem analisados. Leia as frases que seguem e identifique a regência dos verbos. Siga o modelo que fizemos com os verbos **associar** e **referir-se**.

[...] E o papel que você atribui ao gato, de fiscalizá-lo o tempo todo, sem tirar os olhos de você, é o mesmo que **atribui** a mim.



SABINO, Fernando. O gato sou eu. In: SABINO, Fernando. *Os melhores contos de Fernando Sabino*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 174.

[...] Portanto, **insisto** em dizer: o gato sou eu.

SABINO, Fernando. O gato sou eu. In: SABINO, Fernando. *Os melhores contos de Fernando Sabino*.

Fonte: Livro didático *Araribá Conecta*: Português 9º, 2022, p.119

Na Figura 2, é possível observar uma questão sobre regência verbal. No entanto, essa abordagem parece limitar-se estritamente ao aspecto gramatical, exigindo que os alunos memorizem preposições. A gramática abordada aqui é predominantemente normativa, e os exemplos enfatizam a memorização de termos técnicos e conceitos, em detrimento de uma contextualização mais ampla e relevante para os estudantes.

Figura 3 – Atividade de regência verbal 2

2. Leia a tirinha a seguir. Depois, responda ao que se pede.



2. a) Quem fala é o locutor de um programa da televisão.

- De quem é a fala nos balões dos dois primeiros quadrinhos?
- Há uma contradição na fala da *top model* que provoca o riso nas duas personagens. Explique essa contradição.
- Considerando a fala da *top model* e a reação das duas personagens da tirinha, qual é a crítica que podemos perceber?
- O verbo *assistir*, no sentido de *presenciar*, *ver*, é transitivo indireto e rege a preposição *a*. Observe a fala do narrador do programa de TV: ele segue a norma-padrão quanto à regência do verbo *assistir*? Justifique sua resposta.
- Quando o locutor reproduz a fala da modelo, ele faz uso de um pronome. A escolha desse pronome torna a linguagem mais formal, seguindo a norma-padrão. Justifique essa afirmação.
- Em uma linguagem mais informal, como ficaria a frase? Escreva-a.

2. f) Resposta pessoal.

Fonte: Livro didático *Araribá Conecta: Português 9º*, 2022, p.122

A análise da figura 3 revela uma questão de interpretação textual. Dentro dessa questão, especificamente na alternativa D, há uma pergunta que aborda a regência do verbo “assistir” no sentido de presenciar ou ver. Essa pergunta é formulada de maneira simples e direta, focando na aplicação correta da norma-padrão da língua portuguesa. A escolha do verbo “assistir” é significativa, pois sua regência pode gerar dúvidas entre os estudantes, especialmente no uso formal da língua. No entanto, essa questão poderia ser abordada do ponto de vista sociolinguístico. Primeiramente, a variação linguística é um fator importante, pois a regência do verbo “assistir” pode variar conforme a região e o contexto social. Em algumas regiões do Brasil, é comum ouvir “assistir o filme” em vez de “assistir ao filme”. Essa variação pode ser explorada para mostrar como diferentes grupos sociais utilizam a língua de maneiras distintas. Além disso, é relevante discutir o preconceito linguístico, ou seja, como certas formas de uso da língua são estigmatizadas enquanto outras são valorizadas.

Observa-se uma predominância de atividades mecânicas, como a reescrita de trechos na variedade padrão. Essas atividades tendem a coibir ou anular a possibilidade de os alunos refletirem sobre os diversos usos da preposição e da regência verbal. Essa abordagem sugere uma visão limitada da língua, como se fosse estática e homogênea, ignorando sua diversidade em diferentes contextos comunicativos.

Infelizmente, o livro aborda a regência verbal de maneira insuficiente porque o capítulo carece de exemplos práticos e contextualizados, além de não explorar o tema de maneira menos gramatical. Apenas uma única página é dedicada a esse assunto, o que

demonstra a pouca importância atribuída a ele. Nas páginas seguintes, surgem outras questões relacionadas ao tema, mas são tratadas de forma descontextualizada, seguindo uma perspectiva da gramática normativa que prioriza a memorização do conteúdo pelos alunos.

4.2 “Português: Linguagens 9º ano” - Cereja e Vianna (2022)

O segundo livro analisado para esse trabalho foi “Português: Linguagens 9º ano” de Cereja e Vianna (2022), publicado pela Saraiva Educação. William Cereja e Carolina Dias Vianna são os autores desse livro, que aborda a língua portuguesa de maneira abrangente e com um enfoque prático. A inclusão do LD da Editora Saraiva na análise se justifica pela sua sólida reputação no mercado educacional e pela sua proposta pedagógica. Os materiais didáticos da Saraiva são constantemente atualizados para seguir as diretrizes da BNCC, assegurando que os conteúdos estejam alinhados com as exigências educacionais nacionais.

Inicialmente, é relevante destacar que, ao contrário do livro anterior, este livro I apresenta apenas uma única seção para regência nominal e verbal. Essa diferença em relação ao primeiro livro é notável, pois o segundo volume demonstra uma organização mais eficiente e estruturada desses tópicos gramaticais. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais sólida por parte dos alunos. A melhoria na estrutura pode favorecer a compreensão e aplicação dos conceitos, proporcionando uma base mais sólida para o aprendizado das regras gramaticais específicas.

Figura 4: Definição de regência verbal 2

► REGÊNCIA VERBAL

Conforme você já sabe, a língua está em constante evolução e a forma de empregar as palavras muda com o tempo, em razão de novas necessidades que se impõem aos falantes. Interferem nas mudanças linguísticas o surgimento de novos hábitos e o abandono de velhos hábitos. Assim, formas linguísticas utilizadas tempos atrás não são mais encontradas hoje, tanto em textos escritos quanto em textos falados.

As regras de regência verbal não fogem a esse padrão de mudança e evolução linguística. Por esse motivo, os dicionários e as gramáticas contemporâneas registram não apenas as regras fixadas pela gramática normativa, mas também as de uso corrente. É raro, hoje em dia, alguém dizer, por exemplo, que “assisti **ao** filme”, uma vez que nós, brasileiros, não utilizamos preferencialmente, na fala cotidiana, a preposição **a** (ou qualquer outra) nesse contexto. Desse modo, dizemos “assisti **o** filme”.

Fonte: Livro didático Português: Linguagens 9º, 2022, p. 249

A análise da figura 4, que aborda o conceito de regência verbal, revela uma definição abrangente. Os autores utilizam tanto a gramática normativa quanto a descritiva para estabelecer essa definição, indicando que o livro atual parece mais completo que o

anterior. Além disso, enfatiza-se o uso corrente da língua, evidenciando que esta está em constante evolução e não é estática. Assim, os estudantes compreendem que a forma como eles, seus amigos e familiares se expressam não está errada, mas representa apenas uma variação da norma culta.

Figura 5 – Exemplos de regências de alguns verbos

chegar e ir	VI	• lugar: Chegou à casa da infância. Chegou a Brasília ontem. Vou ao centro da cidade. • Entretanto, o uso corrente varia: Chegou na casa da infância. Chegou em Brasília ontem. Vou no centro da cidade.
-------------	----	---

Fonte: Livro didático Português: Linguagens 9º, 2022, p.251

Na figura 7, são apresentados exemplos de regência dos verbos “chegar” e “ir”, tanto segundo a gramática normativa quanto considerando os usos que divergem do padrão prescrito. Esse cenário evidencia um avanço significativo no ensino da regência verbal, uma vez que, tradicionalmente, os autores se concentram apenas nas formas da norma culta, negligenciando as variações do uso cotidiano. Essa abordagem mais abrangente permite que os estudantes compreendam que a língua está em constante evolução e que as formas coloquiais não são necessariamente incorretas, mas sim variações legítimas da norma-padrão. A seção voltada ao tópico de regência verbal termina com mais um quadro, este sobre a regência de outros verbos.

Figura 6 – Atividade de regência verbal 3

3. Há no texto muitos nomes seguidos de complementos.
- a) Indique os complementos, no texto, dos nomes:
 “por melhores condições de vida”
 • busca; • denúncia; • pagamento; • combate.
 “à sociedade civil e aos órgãos públicos” “de direitos”
 • condições; • responsável; • assistência;
 “de vida” “pela exploração” “à vítima”
- b) Identifique no texto seis nomes que foram empregados sem complemento. Em seguida, levante hipóteses: Por que esses nomes estão sem complemento? Quais termos poderiam complementá-los, nesse contexto?
- c) Um nome foi empregado duas vezes, mas com uma preposição diferente em cada ocorrência. Identifique esse nome e seus complementos e procure explicar a razão dessa diferença. As ocorrências são “repressão ao crime” e “repressão do responsável”. Espera-se que os alunos percebam que a variação ocorre porque cada contexto vai determinar a presença ou não de preposição e a relação que essa preposição vai estabelecer com seu complemento.
4. Leia o quadro “Trabalho escravo”, no centro do texto.
- a) Identifique, nele, os nomes que regem a preposição **de**. **Anulação, privação, falta, retenção.**
- b) Identifique o nome que rege a preposição **por**. **servidão**
- c) A qual classe de palavras pertencem os nomes que regem as preposições **a** e **de** no quadro? **São todos substantivos.**

Fonte: Livro didático Português: Linguagens 9º, 2022, p.253

A seção de atividades aborda tanto questões de regência verbal quanto nominal, diferentemente do livro anterior que tratava os conteúdos como independentes. Ao analisar as

duas questões apresentadas na figura 6, é possível observar que prevalecem atividades mecânicas, como a reescritura de trechos na variedade padrão. Essa abordagem parece coibir ou anular a possibilidade de o aluno refletir sobre os possíveis usos da preposição e da regência verbal, como se a língua fosse estática e homogênea. Percebe-se, com isso, uma visão limitada sobre a língua, que deveria ser compreendida em conformidade com as variadas situações comunicativas, conforme discute Labov (2008 [1972]) e Andrade (2023) em seus respectivos estudos.

No livro “Português: Linguagens” de Vianna e Cereja, os autores discutem os contrapontos entre a gramática normativa e a linguagem falada. No entanto, os exercícios propostos na obra priorizam a fixação da norma-padrão, ou seja, a concepção de língua que é considerada padrão e aceita em contextos formais. Isso significa que, embora a obra aborde as variações linguísticas presentes na fala cotidiana, ela enfatiza o aprendizado e a aplicação das regras gramaticais consideradas corretas pela norma culta.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Comparação das Abordagens dos Livros Selecionados

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação do Brasil estabelece os direcionamentos gerais para o ensino da língua portuguesa, mas a forma como esses tópicos são abordados nos livros didáticos pode variar significativamente (Brasil, 2018).

O livro "Araribá Conecta Português 9º Ano: Manual do Professor" de Paiva, destaca-se por oferecer exemplos claros de regência verbal. No entanto, sua abordagem parece priorizar a identificação mecânica das construções em vez de promover uma compreensão contextual mais profunda. Os exercícios fornecidos não incentivam a reflexão sobre quando cada construção é mais apropriada em situações reais de comunicação.

Analisar a língua exclusivamente sob uma perspectiva normativa pode gerar conceitos equivocados e até mesmo preconceito. Segundo Bechara (2007), essa abordagem pode levar à opressão ao privilegiar apenas uma variação linguística. No passado, nas escolas, os professores cometiam o erro de considerar a norma culta como a única forma válida de uso do português, rejeitando os conhecimentos linguísticos adquiridos pelos alunos em seu ambiente familiar. Hoje há uma tendência a valorizar o ensino da linguagem coloquial, muitas vezes repudiando outras formas funcionais da língua. No entanto, essa preferência também pode ser vista como uma forma de opressão, uma vez que a ascensão social frequentemente está ligada ao uso da norma formal.

No livro "Português: Linguagens 9º ano", de William Cereja e Carolina Dias Vianna (2022), embora os autores façam referência a contextos formais e informais nas notas mencionadas, as atividades não extrapolam as possíveis situações de uso da língua. O curioso é que os autores escolhem textos como base para as atividades que se apropria da fala em sua construção, mas não aproveitam para mostrar a língua e sua funcionalidade nas diferentes situações de uso. Ao contrário, nos enunciados, afirmam que há inadequações de regência verbal e pedem que sejam identificadas e corrigidas. Os materiais utilizados no Ensino Fundamental mantêm, em muitos casos, a mesma posição conservadora das gramáticas tradicionais, apresentando e impondo o quadro tradicional das regências verbais.

Os dois livros examinados abordam, de maneira específica, a questão do sentido transmitido pelas regências. Esses materiais incluem listas e/ou quadros de verbos, destacando as diferenças de significado com base na presença, ausência ou variação de preposições. Além disso, fornecem exemplos de frases tanto para regência verbal quanto nominal. No entanto, a

maioria desses materiais, mesmo aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), apresenta diversas falhas, como a falta de exemplos práticos e não apenas tabelas retiradas da gramática normativa. Resolver esses problemas requer que os professores sejam flexíveis e compreendam as novas abordagens linguísticas. Caso contrário, o livro, que deveria ser um aliado, conforme afirma Schroder (2013) e Vilela e Souza (2011), pode se tornar um obstáculo em sala de aula, comprometendo a eficácia do ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidenciou a importância do uso dos livros didáticos no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, especialmente no que diz respeito à regência verbal e à prática docente. Observou-se que o uso de frases soltas favorece a compreensão isolada da regência, enquanto exemplos de escritores não refletem o uso real da língua. Portanto, é essencial que o ensino da regência seja contextualizado e integrado a outros processos linguísticos, garantindo uma compreensão consistente da estrutura e funcionamento da língua.

De acordo com Callou (2009):

Ao fim, o *bom senso* é que deve prevalecer. A norma não pode ser rígida, monolítica, a língua muda, as normas gramaticais se modificam e nada é mais prejudicial que um purismo estreito, quase sempre baseado num conhecimento deficiente da própria língua. Legisla-se, na verdade, sem real conhecimento da complexidade dos fatos que caracterizam cada falar, cada variedade, cada variante.

É essencial afastar-se de um padrão de língua que esteja dissociado da vida e do uso real, pois isso leva os estudantes a acreditarem em uma língua ideal, um purismo linguístico que, na verdade, é inexistente e preconceituoso. Se o objetivo é ‘usar melhor’ a própria língua, é necessário entender que não há apenas uma maneira de expressar a mesma ideia, e que essas diferentes formas podem gerar diversos efeitos textuais. Assim, reforçamos que o ensino da língua deve ir além da metalinguagem e dos exercícios de eficácia comunicativa ou gramaticais: deve estimular a curiosidade, a reflexão e resultar em um desenvolvimento mais amplo do estudante, aprimorando suas diversas habilidades e competências.

Destaca-se que esse trabalho não tem a intenção de desmerecer os materiais produzidos pelos autores Paiva (2022) e Cereja e Vianna (2022), pois reconhecemos os esforços e as limitações que enfrentamos como professores na busca por um ensino de língua mais significativo. Nosso objetivo é revisitar esses recursos tão presentes em nosso tempo, para aprender sobre os caminhos coerentes e possíveis para o ensino de regência verbal, bem como aprimorá-los em nossas práticas em sala de aula.

A revisão bibliográfica permitiu um aprofundamento teórico acerca da importância da pesquisa bibliográfica como base sólida para a condução de estudos acadêmicos, proporcionando uma visão panorâmica das principais tendências e teorias relacionadas ao ensino de língua portuguesa, facilitando a contextualização da análise dos livros didáticos.

Por fim, este trabalho contribui para a reflexão sobre a importância dos recursos didáticos no ensino de língua portuguesa no ensino fundamental II, o ensino de regência verbal e destaca a relevância de uma abordagem crítica na escolha e utilização desses materiais. Espera-se que as conclusões aqui apresentadas possam fornecer subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de materiais didáticos mais produtivos, que contribuam efetivamente para o fortalecimento das habilidades linguísticas e comunicativas dos estudantes nessa etapa crucial da educação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Leide Daiane *et al.* **O tratamento da variação linguística em livros didáticos das séries finais do ensino fundamental.** 2023.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** São Paulo: Ática, 2007.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa:** Revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Nova Fronteira, 2009.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- CEREJA, William; DIAS VIANNA, Carolina. **Português: Linguagens - 9º ano.** 11ª ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.
- CORACINI, M. J. (1999). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático.** Campinas: Pontes.
- DAMASCENO JUNIOR, Raimundo Nonato Silva. **A base para o ensino da gramática.** 2009, 60f. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Graduação em Letras – Língua Portuguesa e suas literaturas. Faculdade Evangélica de Brasília, DF, 2009.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JR., José Hamilton. **Gramática.** 20. ed. São Paulo: Ática, 2006. 584 p.
- GONÇALVES, Gisley *et al.* **Ensino de língua portuguesa no 9º ano do Ensino fundamental II: análise crítica na perspectiva da Educação linguística.** 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/14253/1/Gisley%20Aparecida%20Goncalves.pdf>
- GÖRDSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. **Variação linguística e ensino de gramática.** Work. Pap. Linguística, 10 (1), pp. 73-91, Florianópolis, jan/jun, 2009.
- INFANTE, U. PASQUALE, Cipro Neto. **Gramática de Língua Portuguesa.** São Paulo: Scipione, 2003.
- LAJOLO, M. (1996). **Livro didático:** um (quase) manual de usuário. *Em aberto*, Brasília, v. 16, n. 69, p. 3-9, jan/mar.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. Rio de Janeiro: Parábola, 2008 [1972].
- LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira.** Globo Livros, 2002.
- MAIA, Mariana; NUNES, Valdilene. Regência verbal e nominal: uma análise em livros didáticos do ensino fundamental II. **LEOPOLDIANUM**, v. 44, n. 123, p. 20-20, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/download/821/691>
- MARTINS, Janária *et al.* **O jogo com foco na gramática: trabalhando com a regência nominal e verbal no 9º ano do ensino fundamental.** 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/22180/JAN%C3%81RIA%20CANUTO%20MARTINS.%20TCC.%20LICENCIATURA%20EM%20PEDAGOGIA.%202021..pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- MELO, Christiane Renata Caldeira; SILVA, Paula Márcia Lázaro. A ABORDAGEM DA REGÊNCIA VERBAL NO LIVRO DIDÁTICO. **WEB REVISTA LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA**, v. 8, n. 8, 2015.
- MELLO, G. N. (1999). **O livro didático no sistema de ensino público do Brasil.** São Paulo: Ebrap.
- MIARA, Fernanda; BUCHELE, Maria. Gramática na escola: o ensino de regência verbal com apoio da sociolinguística e da teoria gerativa. **Linguagens-Revista de Letras, Artes e**

- Comunicação**, v. 15, n. 1, p. 095-115, 2021. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/download/9668/5584/>
- MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E. V. **Novo Manual de Sintaxe**. 3a ed. Florianópolis: Insular, 2007.
- PAIVA, Andressa. **Araribá conecta português 9º ano: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.
- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2005.
- POSSENTI, S. Gramática e Análise do Discurso. Cadernos de Estudos Linguísticos, 1992.
- RODRIGUES, Laís. **Regência verbal: abordagens em estudos linguísticos, gramáticas e livros didáticos**. 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19400/1/2017_La%C3%ADsCristyneAguiarRodrigues.pdf
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
- SCHRODER, Mirian. O ensino de língua portuguesa nas páginas do livro didático. **Trama**, v. 9, n. 18, p. 193-208, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/8253/6080>
- SEVERINO, J. Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 24º Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2017.
- SILVA, Marcos; VIEIRA, Patrício. A relação entre a regência verbal e nominal e a articulação do sentido no interior dos sintagmas: reflexões sobre o ensino de língua portuguesa. **V Congresso Nacional de Educação – CONEDU**. 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA15_ID10708_14092018231312.pdf
- SILVA, K. A.; PILATI, E.; DIAS, G. F. O ensino de gramática na contemporaneidade: delimitando e atravessando as fronteiras na formação inicial de professores de língua portuguesa. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 4, p. 975-994, 2010.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1986.
- SOUSA FILHO, S. M. (2009). Relações entre Literatura, Linguística e Ensino de Português. In: CAMARGO, F. P. e FRANCA, V. G. (Org.). **Estudos sobre Literatura e Linguística - Pesquisa e Ensino** 1ed.São Carlos: Claraluz, v. 1, p. 149-162.
- SOUSA, Júlia. O ensino de regência verbal nas escolas a partir de uma perspectiva contemporânea. **Ensino de gramática na escola: sugestões aos professores**, p. 74. 2020. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/01/e-book_versc3a3ofinal-1.pdf#page=75
- STRIQUER, M. dos SD A BNCC e o papel do professor de Língua Portuguesa. **O ESpecialista**, [S. l.], v. 1, 2019. DOI: 10.23925/2318-7115.2019v40i1a3. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/35562>.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Conhecimento linguístico e a elaboração de atividades de ensino/aprendizagem. In **Anais do I Seminário Municipal de Literatura e Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: Abordagens Metodológicas**. CD-Rom Uberlândia: EDUFU, 2009.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 2003.
- VILELA, Valméria; SOUZA, Ester. Livros didáticos de Língua Portuguesa: indagações sobre os parâmetros curriculares nacionais e o currículo escolar. **fólio-Revista de Letras**, v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/download/3575/2955/5880>